



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 153/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10731/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Autazes.

**4- Responsável:** Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Autazes.

**5- Exercício:** 2014.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 81/2015 (fls. 728/752).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3469/2015–DMP-MPC–ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 753/762).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Determinações ao responsável, à atual gestão e à próxima Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar REGULARES COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Autazes, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Heverton Marcelo Araújo dos Santos**, na qualidade de presidente da Casa Legislativa do município em destaque, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**9.2- Aplicar MULTAS** ao Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Autazes, exercício de 2014:

**9.2.1-** No valor de R\$ **3.000,00** (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica), em razão das falhas apontadas pela DICOP e não justificadas pelo gestor;

**9.2.2-** No valor de R\$ **1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos) para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (julho a dezembro), totalizando R\$ **6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 153/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

**9.4- Autorizar** desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

**9.5- Fazer as seguintes determinações** ao responsável e à atual gestão da Câmara Municipal de Autazes, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

**9.5.1-** Observem os prazos para encaminhamento dos registros analíticos contábeis via ACP previstos no art. 4º da Resolução n.º 7/2002-TCE c/c o § 1º, art. 15, da Lei Complementar n.º 6, de 22/01/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;

**9.5.2-** Observem com maior rigor o disposto no art. 38 e art. 40 da Lei n.º 8.666, de 1993, acerca a obrigatoriedade de um processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, com todos os documentos necessários ao controle de sua legalidade e preservem todos os documentos componentes dos procedimentos deflagrados;

**9.5.3-** Cumpram integralmente os ditames da Lei Complementar n.º 131/2009 e Lei Federal n.º 12/527/2011 – Lei de Acesso a Informação, atentando para que as informações publicadas sejam disponibilizadas em tempo real, nos termos do Decreto Federal n.º 7.185/2010, e com apresentação didática dos dados e em linguagem cidadã, com possibilidade de download do banco de dados e canal de interação com os usuários, tudo em observância às boas práticas de promoção da transparência;

**9.5.4-** Adotem as medidas necessárias ao cumprimento da Resolução n.º 3/2013 – TCE/AM, sobretudo no que se refere à contabilidade patrimonial da Câmara (art. 94 da Lei 4.320/64);

**9.5.5-** Adotem as medidas necessárias à implantação de um controle de entrada, saída e saldo de materiais pelo Setor de Almoxarifado, em observância ao art. 75, II, da Lei n. 4.320/1964;

**9.5.6-** Observem com maior rigor a legislação aplicável na realização de despesas com obras públicas, nos termos das ponderações registradas no relatório técnico da DICOP.

**9.6- Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Autazes verifique:

**9.6.1-** Se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 153/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

**9.6.2-** Se está sendo alimentado o sistema do sítio eletrônico com os dados e demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, operacionais, área de pessoal, entre outros, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 131/2009 e, ainda, na Lei Federal n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

**10- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 17 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor-Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto ao TCE:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral